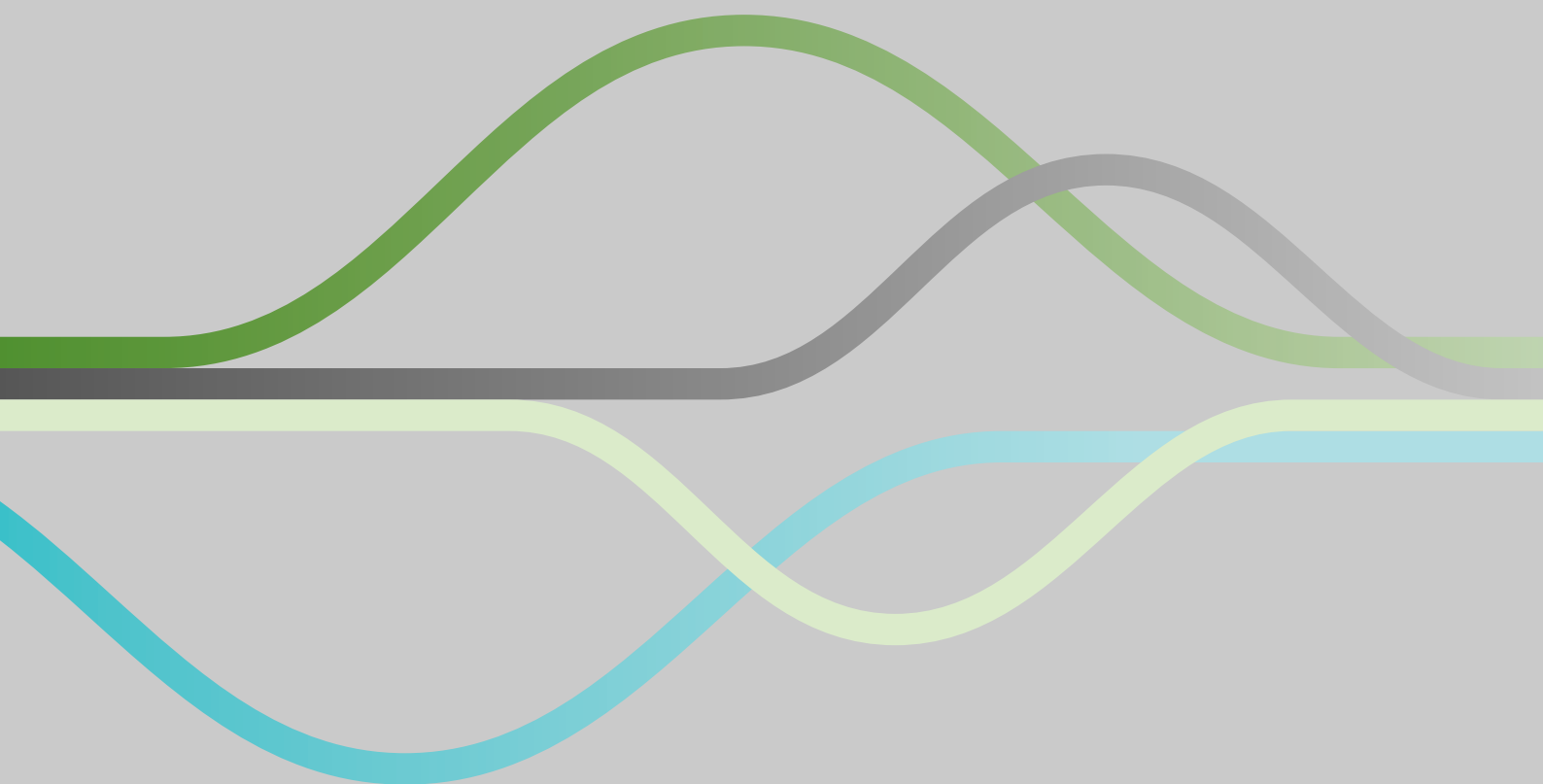


CENTRO DE PORTUGAL

Boletim trimestral **29**

*Informação reportada ao
quarto trimestre de 2015*



ÍNDICE

- 4** Enquadramento Nacional
- 6** Mercado de Trabalho
- 10** Desemprego Registado
- 11** Empresas
- 12** Comércio Internacional de Bens
- 14** Turismo
- 15** Construção e Habitação
- 16** Preços e Consumo Privado
- 18** Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.



29

Boletim trimestral

Informação reportada ao quarto trimestre de 2015

FICHA TÉCNICA

Editor
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Responsável Técnico
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional

Data de Edição
Março de 2016

ISSN
2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt
www.ccdrc.pt

Alguns dados de informação conjuntural encontram-se também em <http://datacentro.ccdrc.pt>



CENTRO
de PORTUGAL

O Produto Interno Bruto aumentou 1,3% no quarto trimestre de 2015, crescimento inferior ao dos restantes trimestres do ano e que se deveu à desaceleração da procura interna e externa. As exportações e as importações de bens e serviços aumentaram mas a um ritmo menos acentuado. O mercado de trabalho continuou a evidenciar alguns sinais positivos com a taxa de desemprego nacional a fixar-se em 12,2%. A confiança dos consumidores diminuiu e a confiança dos empresários continuou positiva.

No quarto trimestre de 2015, na Região Centro, em termos homólogos, registou-se uma redução do desemprego e o aumento do emprego. A taxa de desemprego regional era de 9,0% e a de emprego de 53,6%. A população ativa continuou a diminuir, tendência também acompanhada pela população inativa. Tanto o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem, como os custos com o trabalho, aferidos em termos reais, superaram os do trimestre homólogo.

O setor empresarial mantém os sinais de dificuldades dos trimestres anteriores, tendo diminuído o número de empresas constituídas e aumentado as ações de insolvência. Continuam evidentes os problemas financeiros do setor empresarial, traduzidos pelo grau de incumprimento das empresas, que registou valores muito elevados, e pela diminuição dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro. O ramo da construção manteve a tendência recessiva que tem marcado os últimos anos, tendo-se observado a deterioração de quase todos os indicadores quer de licenciamento como de obras concluídas. Relativamente às relações comerciais da região com o mercado externo registaram-se aumentos homólogos reais nas saídas e nas entradas de bens, ambos acima da média nacional.

No âmbito do QREN, até ao final de dezembro de 2015, estavam aprovados 6,2 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão, no âmbito do QREN, para cofinanciar projetos com um investimento previsto na região de 10,3 milhões de euros. No Programa Operacional Regional Mais Centro, a aprovação de 4.290 projetos envolvia uma comparticipação de FEDER de 1,8 mil milhões de euros, superior ao valor programado e implicando uma gestão do *overbooking*. A taxa de execução do Mais Centro era, nesta data, de 98,1%.

Simultaneamente, foram já apresentadas ao Centro 2020, o novo Programa Operacional Regional para o período 2014-2020, um total de 3.268 candidaturas até ao final de dezembro de 2015, tendo sido aprovadas 936. Já abriram até esta data, 53 concursos, 283 milhões de euros de fundos comunitários (cerca de 13,1% da dotação total, que é de 2.155 milhões de euros).

ENQUADRAMENTO NACIONAL

O Produto Interno Bruto aumentou 1,3% no quarto trimestre. Este crescimento foi inferior ao dos restantes trimestres do ano devido essencialmente a uma desaceleração da procura externa. As exportações e as importações de bens e serviços aumentaram mas a um ritmo menos acentuado. O mercado de trabalho continuou a evidenciar alguns sinais positivos com a taxa de desemprego nacional a fixar-se em 12,2%. A confiança dos consumidores diminuiu e a confiança dos empresários continuou positiva.

1,3
foi o crescimento
homólogo do PIB e

2,3%
o aumento das
exportações

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		4T15	3T15	2T15	1T15	4T14	2015	2014
PIB ¹	v. h. (%)	1,3	1,4	1,5	1,7	0,6	1,5	0,9
Procura interna	v. h. (%)	2,1	2,1	3,7	1,8	1,7	2,4	2,2
Consumo das famílias	v. h. (%)	2,4	2,3	3,3	2,6	2,0	2,7	2,3
Taxa de investimento	%	15,8	16,1	16,8	16,4	15,7	16,3	15,9
Exportações	v. h. (%)	2,3	4,0	7,1	7,1	5,6	5,1	3,9
Importações	v. h. (%)	4,3	5,4	12,5	7,3	8,5	7,3	7,2
VAB	v. h. (%)	1,3	1,1	1,1	0,9	0,1	1,1	0,6
Taxa de desemprego	%	12,2	11,9	11,9	13,7	13,5	12,4	13,9
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	0,6	0,8	0,7	-0,1	-0,1	0,5	-0,3
Indicador de confiança dos consumidores	%	-14,1	-11,2	-12,5	-11,5	-16,7	-12,3	-20,2
Indicador de clima económico	%	0,9	1,4	1,1	0,4	0,4	0,9	0,1
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,095	1,112	1,105	1,127	1,249	1,110	1,329
	v. h. (%)	-12,3	-16,1	-19,4	-17,7	-8,2	-16,5	0,1

USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

No quarto trimestre de 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional cresceu 1,3% em volume face ao trimestre homólogo², segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE). Este crescimento ficou abaixo do registado nos restantes trimestres do ano devido essencialmente a uma desaceleração da procura externa. Simultaneamente, as importações evidenciaram um acréscimo homólogo mais significativo do que o das exportações, o que se traduziu num contributo líquido negativo para a variação homóloga do PIB. Em termos médios anuais, o PIB registou um aumento de 1,5% em 2015 (mais 0,6 pontos percentuais (p.p.) do que no ano anterior), sendo assim o mais elevado desde 2010.

A procura interna aumentou 2,1% neste trimestre, devido ao aumento das despesas de consumo final, mais concretamente das despesas de consumo final das famílias, e do investimento. As despesas de consumo final das famílias cresceram 2,4% e a taxa de

¹ Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

² Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste; Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

investimento foi de 15,8%, traduzindo uma ligeira melhoria face ao último trimestre de 2014 mas tendo sido inferior aos três trimestres anteriores de 2015.

No que respeita à procura externa, as exportações de bens e serviços abrandaram no quarto trimestre do ano, tendo aumentado 2,3%. Esta situação deveu-se à evolução das exportações de bens, que passaram de um crescimento de 5,1% para 2,2%, já que as exportações de serviços aceleraram, tendo crescido 2,7%. As importações de bens e serviços registaram um acréscimo homólogo de 4,3%, traduzindo o efeito de uma desaceleração tanto na componente de bens como na dos serviços, para 5,0% e 0,1%, respetivamente.

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado registou uma variação homóloga positiva (1,3%), sendo a mais elevada desde o final de 2010. O ramo da “construção” manteve um crescimento positivo (3,5%), o que já ocorre desde o primeiro trimestre do ano. Também o VAB da indústria voltou a registar um crescimento homólogo (2,2%).

O mercado de trabalho nacional tem evidenciado alguns sinais de recuperação. Neste trimestre, a taxa de desemprego foi de 12,2%, ou seja, mais 0,3 pontos percentuais (p.p.) do que no trimestre anterior e menos 1,3 p.p. do que no homólogo. Estimavam-se 633,9 mil indivíduos desempregados no país, o que traduz um aumento trimestral de 15,1 mil indivíduos e uma redução homóloga expressiva de 64,4 desempregados.

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC), registou um aumento homólogo, neste trimestre (0,6%), sendo assim o terceiro acréscimo consecutivo. Das 12 classes, apenas quatro registaram uma diminuição dos preços, mais concretamente, “vestuário e calçado”; “transportes”; “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” e “acessórios para o lar, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação”.

As expectativas dos consumidores diminuíram, em termos homólogos, tornando-se mais negativas do que no período anterior, a avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores³ do INE. A confiança dos empresários continuou positiva e superior à observada no trimestre homólogo, segundo o indicador de clima económico⁴, também do INE.

Por último, a taxa de câmbio⁵ do euro face ao dólar (USD/Euro) diminuiu face ao trimestre homólogo, assistindo-se a uma desvalorização do euro, o que se traduz num preço mais reduzido para igual quantidade de bens exportados.

³ O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

⁴ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁵ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

No quarto trimestre de 2015, na Região Centro, em termos homólogos, verificou-se uma redução do desemprego e um aumento do emprego. A população ativa continuou a diminuir, tendência também acompanhada pela população inativa. Tanto o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem, como os custos com o trabalho, aferidos em termos reais, superaram os do trimestre homólogo.

Segundo os dados do inquérito ao emprego⁶ do Instituto Nacional de Estatística, no quarto trimestre de 2015, a taxa de atividade da população em idade ativa⁷ na Região Centro aumentou ligeiramente face ao trimestre homólogo para os 59,0%, mantendo-se superior à média nacional de 58,6%. A taxa de atividade dos homens foi de 66,2%, valor bastante superior ao das mulheres (52,7%).

Neste trimestre, a população ativa⁸ da Região Centro ascendia a 1.156,4 mil indivíduos, tendo-se registado um decréscimo de 0,1% face a igual período do ano anterior. Já os inativos⁹ totalizavam 1.091,0 mil indivíduos, menos 1,4% face ao trimestre homólogo, evolução que foi impelida pelos estudantes e outros inativos e contrariada pelos domésticos e reformados.

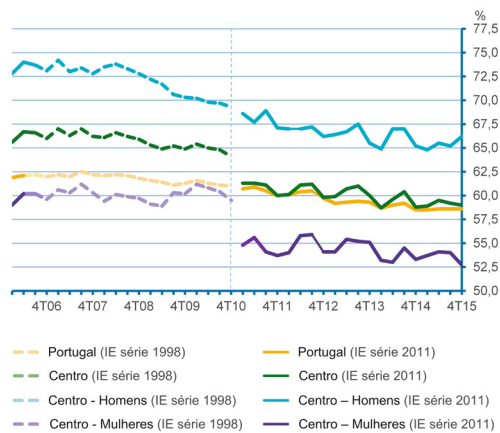
9,0%

foi a taxa de desemprego regional do trimestre

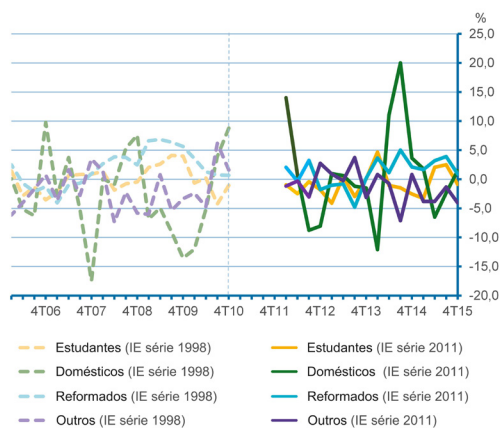
32,5%

foi a taxa de desemprego jovem na região

Taxa de atividade (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



População inativa no Centro por condição perante o trabalho (variação homóloga)¹⁰



⁶ No primeiro trimestre de 2011, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Deste modo, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 (série 2011), não permitem uma comparação direta com os dados anteriores (série 1998), configurando uma quebra de série. No primeiro trimestre de 2014, o INE disponibilizou valores revistos para estas duas séries, já que estes foram calibrados tendo por referência as estimativas da população residente calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2011.

⁷ A taxa de atividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, "permite definir a relação entre população ativa e a população em idade ativa (com 15 e mais anos de idade)".

⁸ Segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)".

⁹ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

¹⁰ A partir do primeiro trimestre de 2011, a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 14 anos de idade na rubrica "Outros". A rubrica "reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		4T15	3T15	2T15	1T15	4T14	2015	2014	
								média trimestral	
Taxa de atividade (15 e mais anos)									
Portugal	%	58,6	58,6	58,6	58,5	58,5	58,6	58,9	
Centro	%	59,0	59,2	59,5	58,9	58,8	59,2	59,4	
	v. h. (p.p.)	0,2	-1,2	-0,1	0,2	-1,2	-0,3	-1,0	
População ativa – Centro	milhares	1 156,4	1 163,0	1 168,0	1 158,0	1 157,9	1 161,4	1 170,3	
	v. h. (%)	-0,1	-2,2	-0,6	-0,1	-2,4	-0,8	-2,2	
População inativa – Centro	milhares	1 091,0	1 088,5	1 087,3	1 101,2	1 106,3	1 092,0	1 099,7	
	v. h. (%)	-1,4	0,9	-0,9	-1,4	0,9	-0,7	0,7	
Estudantes (15 e mais anos)	milhares	171,7	164,4	183,9	179,6	173,2	174,9	174,9	
	v. h. (%)	-0,9	2,5	2,1	-3,3	-2,5	0,0	-0,1	
Domésticos	milhares	104,0	107,2	100,8	101,4	102,5	103,4	104,9	
	v. h. (%)	1,5	-2,4	-6,5	1,8	3,6	-1,4	4,7	
Reformados	milhares	373,0	380,1	361,5	373,4	369,6	372,0	363,3	
	v. h. (%)	0,9	3,9	3,2	1,7	2,1	2,4	3,0	
Outros	milhares	442,3	436,8	441,0	446,8	461,0	441,7	456,7	
	v. h. (%)	-4,1	-1,3	-3,8	-3,8	0,8	-3,3	-1,6	

¹¹ A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com 15 e mais anos de idade.

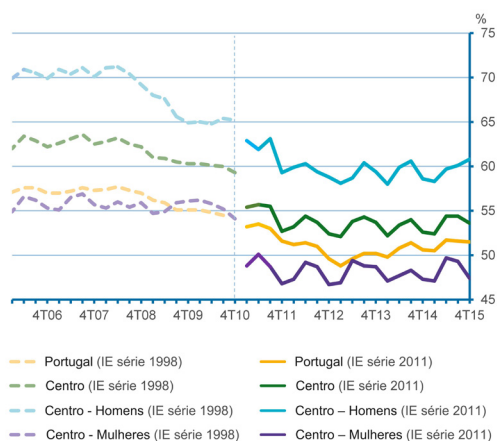
¹² Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em “Trabalhadores por conta de outrem”, “Trabalhadores por conta própria”, “Trabalhadores familiares não remunerados” e “Outra situação”.

A taxa de emprego¹¹ da Região Centro, no quarto trimestre de 2015, foi de 53,6%, valor acima do registado no trimestre homólogo em um ponto percentual (52,6%) e bastante superior à média nacional (51,5%).

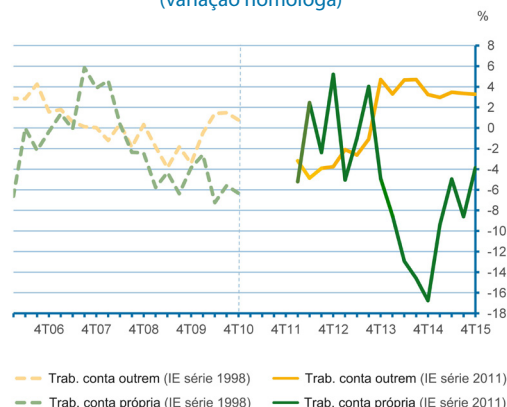
Na região, neste trimestre, estavam empregados 1.051,8 mil indivíduos, mais 1,7% do que no mesmo período do ano anterior. Para esta evolução, contribuiu o aumento dos empregados homens, do emprego acima dos 25 anos e dos empregados nos setores da indústria, construção, energia e água e nos serviços.

O aumento homólogo do emprego ficou também a dever-se ao crescimento dos trabalhadores por conta de outrem (3,3%), uma vez que os trabalhadores por conta própria diminuiram (-3,9%). Para esta retração dos trabalhadores por conta própria apenas contribuíram os trabalhadores isolados (-5,5%), uma vez que os empregadores aumentaram em termos homólogos (2,4%). Por sua vez, o aumento homólogo dos trabalhadores por conta de outrem resultou do acréscimo dos contratados sem termo (4,4%), do trabalho a tempo completo (4,5%) e dos trabalhadores com o ensino secundário e pós-secundário (6,1%) e superior (9,4%) como habilitações.

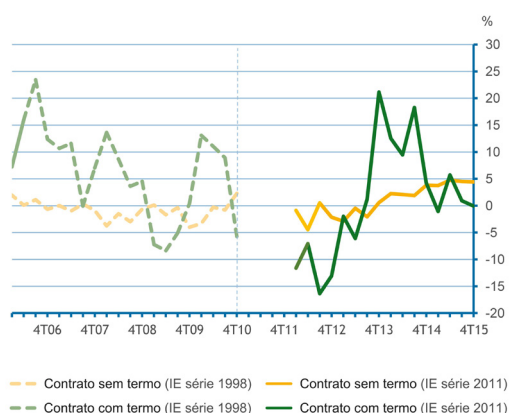
Taxa de emprego (15 e mais anos) em Portugal e no Centro



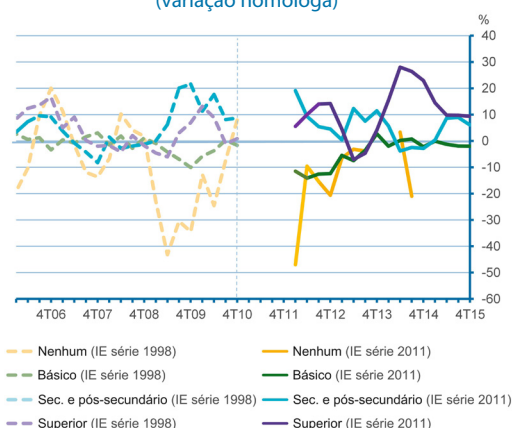
População empregada no Centro por situação na profissão¹² (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro
por contrato de trabalho
(variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro
por nível de escolaridade mais elevado completo
(variação homóloga)¹³



Quadro 3 – Emprego		4T15	3T15	2T15	1T15	4T14	2015	2014	
		média trimestral							
Taxa de emprego (15 e mais anos)									
Portugal	%	51,5	51,6	51,7	50,5	50,6	51,3	50,7	
Centro	%	53,6	54,4	54,4	52,4	52,6	53,7	53,0	
	v. h. (p.p.)	1,0	0,4	1,0	0,2	-1,1	0,7	-0,5	
População empregada – Centro		milhares	1 051,8	1 067,4	1 068,5	1 029,6	1 034,4	1 054,3	1 045,8
	v. h. (%)	1,7	0,3	1,5	-0,1	-2,5	0,8	-1,3	
Homens	v. h. (%)	3,3	-1,2	-0,8	0,0	-2,1	0,3	-0,6	
Mulheres	v. h. (%)	-0,1	1,9	4,0	-0,3	-3,0	1,4	-1,9	
15 - 24 anos	v. h. (%)	-7,8	-1,8	4,5	1,4	3,5	-1,1	0,6	
25 - 44 anos	v. h. (%)	2,2	1,8	0,8	-0,7	-2,1	1,0	0,5	
45 anos ou mais	v. h. (%)	2,2	-0,8	1,8	0,2	-3,5	0,8	-3,1	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	-3,1	-11,7	-11,2	-8,3	-20,6	-8,9	-16,6	
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	3,4	0,1	3,9	8,6	9,7	3,9	8,2	
Serviços	v. h. (%)	1,9	3,5	3,7	-2,1	-2,8	1,8	-0,8	
Trabalhadores por conta de outrem		milhares	813,2	814,4	802,9	779,3	787,4	802,4	777,0
	v. h. (%)	3,3	3,4	3,5	3,0	3,2	3,3	4,0	
Contratos sem termo	v. h. (%)	4,4	4,5	4,7	3,7	3,8	4,4	2,5	
Contratos com termo	v. h. (%)	-0,1	0,9	5,7	-1,1	4,2	1,3	11,0	
Tempo completo	v. h. (%)	4,5	3,9	4,3	3,4	4,1	4,0	4,7	
Tempo parcial	v. h. (%)	-11,3	-3,2	-6,2	-2,1	-5,8	-5,7	-3,6	
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	§	§	§	§	§	-20,7	-7,9	
Básico	v. h. (%)	-2,0	-1,9	-1,3	-0,1	-2,2	-1,4	-0,8	
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	6,1	8,9	8,6	0,4	-2,8	5,9	-0,9	
Superior	v. h. (%)	9,4	9,7	9,8	14,4	23,0	10,7	23,1	
Trabalhadores por conta própria		milhares	233,4	245,5	258,6	243,1	242,8	245,1	262,9
	v. h. (%)	-3,9	-8,6	-5,0	-9,4	-16,8	-6,8	-13,2	
Isolados	v. h. (%)	-5,5	-9,3	-8,0	-10,0	-15,3	-8,2	-13,4	
Empregadores	v. h. (%)	2,4	-6,1	7,6	-7,4	-21,9	-1,3	-12,5	

§: Desvio do padrão de qualidade/Coefficiente de variação elevado

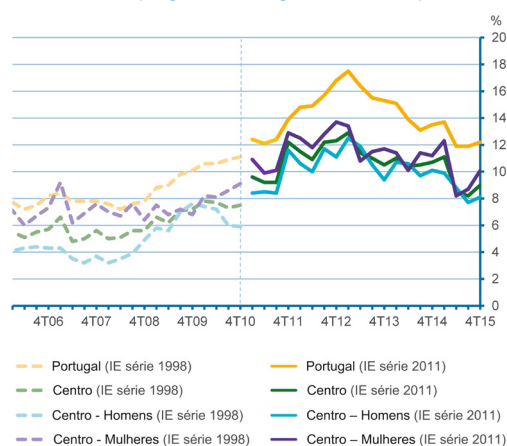
No quarto trimestre de 2015, a taxa de desemprego¹⁴ regional foi de 9,0%, tendo diminuído 1,7 pontos percentuais face ao trimestre homólogo e aumentado 0,8 pontos percentuais face ao trimestre anterior. Este valor manteve-se como o mais baixo das sete regiões portuguesas e inferior à média nacional de 12,2%. As mulheres e o escalão etário dos 15 aos 24 anos continuaram a ser os mais afetados pelo desemprego, com a taxa de desemprego feminina a atingir 10,1% e a taxa de desemprego jovem 32,5% (o valor mais elevado desde há dois anos).

¹³ Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

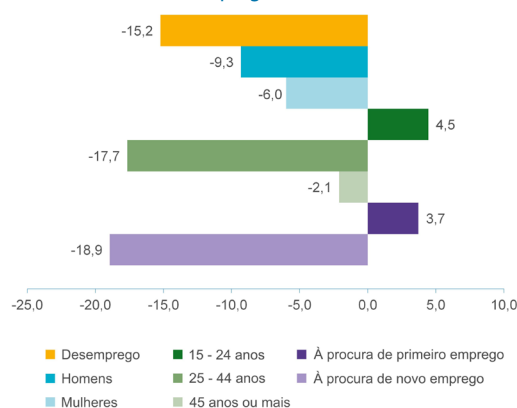
¹⁴ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

Neste período, na região, encontravam-se desempregados 104,7 mil indivíduos, menos 15,2% face a igual período do ano anterior. A maioria das categorias de desempregados analisadas registaram quebras homólogas neste trimestre, sendo de destacar a diminuição dos desempregados dos 25 aos 44 anos (-34,5%) e dos desempregados à procura de novo emprego (-21,7%). Os desempregados à procura do primeiro emprego e dos 15 aos 24 anos conheceram aumentos homólogos relevantes (29,7% e 27,9%, respetivamente).

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro (%)



Quadro 4 – Desemprego		4T15	3T15	2T15	1T15	4T14	2015	2014
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	12,2	11,9	11,9	13,7	13,5	12,4	13,9
Centro	%	9,0	8,2	8,5	11,1	10,7	9,2	10,6
	v. h. (p.p.)	-1,7	-2,3	-1,9	0,1	0,2	-1,4	-0,8
Homens	%	8,1	7,7	8,8	9,9	10,1	8,7	10,3
Mulheres	%	10,1	8,7	8,2	12,3	11,2	9,8	11,0
15 - 24 anos	%	32,5	27,9	24,8	29,8	25,8	28,8	28,2
25 - 44 anos	%	8,0	7,9	8,6	12,4	11,9	9,2	12,0
45 anos ou mais	%	6,8	5,6	6,4	7,4	7,4	6,6	6,9
População desempregada – Centro	milhares	104,7	95,6	99,5	128,3	123,5	107,0	124,5
	v. h. (%)	-15,2	-23,6	-18,3	0,5	-0,9	-14,1	-14,4
Homens	v. h. (%)	-18,9	-22,6	-19,0	-7,6	6,1	-17,0	-16,0
Mulheres	v. h. (%)	-11,8	-24,6	-17,6	8,8	-7,0	-11,1	-12,7
15 - 24 anos	v. h. (%)	27,9	-6,5	-15,1	2,9	-13,2	1,4	-14,4
25 - 44 anos	v. h. (%)	-34,5	-38,6	-26,4	-0,8	2,8	-24,8	-9,3
45 anos ou mais	v. h. (%)	-6,4	-6,7	-7,3	1,2	0,5	-4,7	-5,4
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	29,7	-4,0	-5,5	-19,1	20,2	-0,6	3,7
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-21,7	-27,3	-20,2	3,7	-3,3	-16,2	-10,8
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-12,8	-15,6	-9,5	-13,7	-6,4	-13,0	-18,7
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	-16,8	-28,4	-23,0	11,5	2,8	-14,7	-1,8

No trimestre em análise, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem da Região Centro fixou-se nos 787 euros, o que corresponde a um aumento homólogo real de 2,7% (o maior aumento desde o início desta série em 2011). Apesar deste acréscimo ter sido superior ao registado no país (1,4%), o salário médio da região continua bastante abaixo da média nacional de 834 euros.

Também o índice de custo do trabalho¹⁵ aumentou em termos homólogos reais na região (2,8%) e no país (1,8%). Para o crescimento regional do custo do trabalho por hora efetivamente trabalhada contribuíram os aumentos homólogos reais de 2,9% nos custos salariais e de 2,4% nos outros custos do trabalho (onde se incluem, por exemplo, as contribuições dos empregadores para a Segurança Social e os seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais).

¹⁵ O índice de custo do trabalho definido pelo INE pretende medir a evolução dos custos do trabalho por hora efetivamente trabalhada (custo médio horário) suportados pela entidade empregadora. Estes custos compreendem, para além dos custos salariais (como salário base, subsídios e prémios, pagamento de horas extraordinárias, etc.), outros custos do trabalho a cargo da entidade patronal (como contribuições para a Segurança Social, seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, indemnização por despedimento, entre outros).

Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho		4T15	3T15	2T15	1T15	4T14	2015	2014
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	834	829	825	824	818	828	813
	v. h. real (%)	1,4	0,6	0,9	2,8	1,2	1,4	0,9
Centro	€	787	773	778	761	762	775	756
	v. h. real (%)	2,7	1,1	1,8	2,2	2,3	2,0	0,5
Índice de Custo do Trabalho*								
Portugal	v. h. real (%)	1,8	1,6	1,5	4,4	-3,3	2,3	-0,7
	v. h. real (%)	2,8	2,8	2,5	6,1	-2,2	3,7	-0,9

* (1) Valores corrigidos dos dias úteis (de modo a eliminar os efeitos decorrentes da existência de números de dias úteis diferentes em trimestres idênticos de anos diferentes (Páscoa e outros feriados móveis)). (2) De forma a estar em sintonia com as séries a divulgar pelo Eurostat, que mudou o ano de referência do Índice de Custo do Trabalho (ICT) de 2008 para 2012, os índices disponibilizados passaram a ter como ano de referência o ano de 2012. (3) Exclui a Administração Pública.

DESEMPREGO REGISTRADO

No quarto trimestre de 2015, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro continuaram a diminuir face ao trimestre homólogo, tal como os novos desempregados. As colocações do IEFP aumentaram ligeiramente em termos homólogos.

99

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros de emprego regionais

Neste trimestre, os desempregados inscritos nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro ascendiam a 96,3 mil, refletindo uma diminuição de 9,6% face a igual período do ano anterior.

-6

novos desempregados, em média, por dia, do que em igual período do ano anterior

Para este desempenho contribuiu o ligeiro crescimento homólogo das colocações efetuadas pelo IEFP (0,9%), registando-se, em média, cerca de 99 colocações por dia (apenas mais uma colocação diária do que em igual período do ano anterior), e a diminuição homóloga dos novos desempregados inscritos nos centros de emprego (-1,4%). Em média, neste trimestre, existiam, por dia, 410 novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região, menos seis do que em igual período do ano anterior.

Quadro 6 – Desemprego Registrado		4T15	3T15	2T15	1T15	4T14	2015	2014
		média trimestral						
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	96,3	93,8	98,0	106,7	106,5	98,7	114,3
	v. h. (%)	-9,6	-15,7	-13,6	-15,4	-14,6	-13,7	-12,0
Novos desempregados**	milhares	36,9	38,1	31,4	35,5	37,4	35,5	35,5
	v. h. (%)	-1,4	-0,8	5,3	-2,9	-8,7	-0,2	-8,9
Colocações do IEFP**	milhares	8,9	11,3	10,6	10,2	8,8	10,3	9,1
	v. h. (%)	0,9	14,6	18,9	14,6	20,1	12,4	22,8

* valores médios trimestrais
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

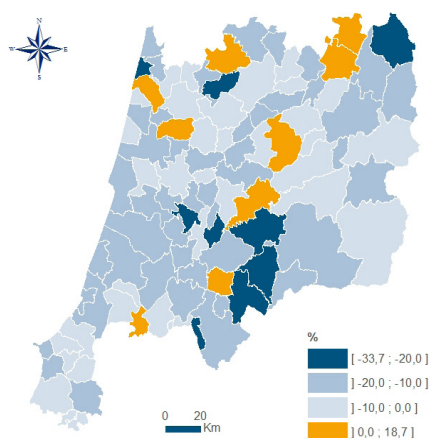
Analisando a evolução homóloga, por municípios, dos desempregados registados nos centros de emprego da região, verifica-se que em apenas nove municípios o número de desempregados aumentou: Vila de Rei (18,7%), Pampilhosa da Serra (14,6%), Trancoso (6,5%), Alcanena (5,8%), Meda (5,6%), Seia (2,0%), São Pedro do Sul (1,8%), Aveiro (0,9%) e Anadia (0,6%). Nos restantes 91 municípios verificou-se uma diminuição dos desempregados face a igual período do ano anterior. De destacar as expressivas reduções homólogas ocorridas em Prouença-a-Nova (-33,7%), Figueira de Castelo Rodrigo (-31,9%) e Oleiros (-31,4%).

No que respeita ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, 55 municípios apresentavam uma situação mais favorável que a média regional, ou seja índices

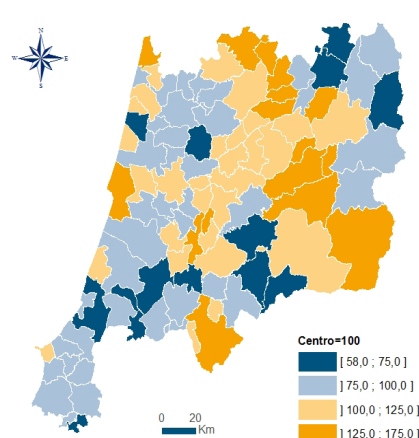
¹⁶ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IIEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})] / [(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}] * 100$, sendo i determinado município e RC a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2013.

de disparidade¹⁶ inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Ferreira do Zêzere (58,0), Almeida (62,6) e Ourém (64,8). No extremo oposto, com índices bastante superiores à média regional (acima de 150), destacavam-se Castanheira de Pera (175,0), Manteigas (164,0) e Vila Nova de Paiva (154,4),

Variação homóloga do desemprego registado no quarto trimestre de 2015



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no quarto trimestre de 2015¹⁶



EMPRESAS

15

empresas constituídas por dia, em média, na região

12,6%

é o peso do crédito vencido das empresas da região

No quarto trimestre de 2015, assistiu-se na Região Centro, face a igual período do ano anterior, à diminuição das empresas constituídas e dos empréstimos concedidos pelo setor financeiro e ao aumento das ações de insolvência. O crédito vencido continua a assumir valores bastante elevados.

Neste trimestre foram constituídas 1.345 empresas na Região Centro, o que corresponde a uma diminuição homóloga de 5,0%, valor acima da média nacional de -4,0%. Esta evolução veio infletir a tendência de aumento que já se verificava desde o segundo trimestre de 2014. Deste modo, em termos médios, foram criadas 93 novas empresas por dia no país, das quais 15 tinham sede na Região Centro, correspondendo a menos uma empresa criada por dia, na região, do que em igual período do ano anterior.

As ações de insolvência¹⁷ aumentaram em termos homólogos: 14,8% na região e 6,6% no país. Em média, neste trimestre, ocorreram 21 ações de insolvência por dia em Portugal, das quais 4 tinham sede na Região Centro.

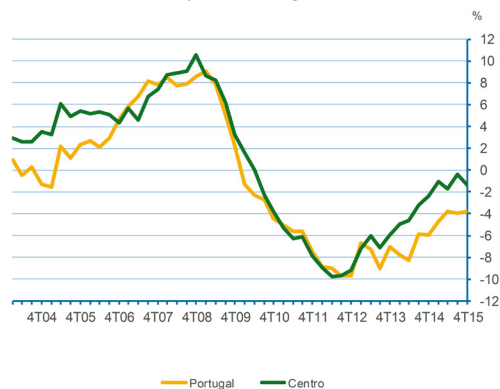
Neste trimestre, os empréstimos concedidos a sociedades não financeiras mantiveram a tendência de diminuição homóloga real verificada nos últimos anos, tendo a evolução regional de -1,4% sido, como vem sendo habitual, inferior à observada a nível nacional (-3,8%).

O incumprimento das empresas, medido pela importância do crédito vencido no total do crédito concedido às sociedades não financeiras, continua a assumir valores bastante

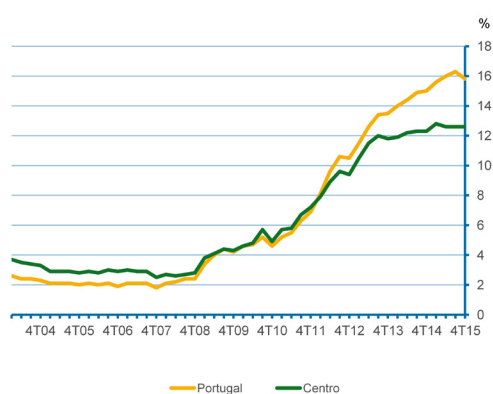
¹⁷ A IGNIOS – Gestão Integrada de Risco, S.A. disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

elevados: neste trimestre, a região ficou-se pelos 12,6%, valor idêntico ao dos dois trimestres anteriores e bastante próximo do máximo histórico de 12,8%; o valor do país diminuiu para os 15,8%, ficando um pouco mais distante do máximo registado de 16,3%.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)



Crédito vencido das sociedades não financeiras
no total do crédito concedido



Quadro 7 – Empresas		4T15	3T15	2T15	1T15	4T14	2015	2014
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	8 353	8 026	9 441	11 672	8 705	9 373	8 772
	v. h. (%)	-4,0	4,3	13,0	12,9	11,5	6,9	1,4
Centro	número	1 345	1 431	1 646	2 134	1 416	1 639	1 480
	v. h. (%)	-5,0	13,0	15,7	17,5	10,1	10,7	-2,8
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras								
Portugal	milhões €	83 490	84 640	86 051	86 380	86 282	85 140	88 312
	v. h. real (%)	-3,8	-4,0	-3,8	-4,7	-5,9	-4,1	-7,0
Centro	milhões €	14 729	14 972	15 051	15 027	14 855	14 945	15 046
	v. h. real (%)	-1,4	-0,4	-1,7	-1,1	-2,4	-1,2	-3,8
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	15,8	16,3	16,0	15,6	15,0	15,9	14,6
Centro	%	12,6	12,6	12,6	12,8	12,3	12,7	12,2
Ações de insolvência								
Portugal	número	1 911	1 548	2 144	2 168	1 793	1 943	1 804
	v. h. (%)	6,6	67,2	-2,8	-5,4	-18,6	7,7	-19,6
Centro	número	379	336	428	417	330	390	352
	v. h. (%)	14,8	95,3	-6,8	-6,3	-26,8	11,0	-24,5

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

No quarto trimestre de 2015, na Região Centro, registaram-se aumentos homólogos reais nas saídas e nas entradas de bens, ambos acima da média nacional. O crescimento das entradas foi o mais expressivo.

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, um crescimento homólogo real¹⁸ de 3,9%, valor acima da média nacional de 1,8%. Para esta evolução apenas contribuiu o mercado intracomunitário, que cresceu 7,2%, tendo as saídas de bens para países fora da União Europeia evidenciado uma contração de 5,4% em termos homólogos reais.

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, dados pelas doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁹ da Região Centro, verificaram-se aumentos homólogos reais em quase todos os grupos com

3,9%

foi o crescimento homólogo real das saídas de bens da região e

33,6%

o das entradas extracomunitárias de bens

¹⁸ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos.

exceção da “madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria” (-57,9%), “metais comuns e suas obras” (-4,0%) e “produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados” (-0,6%), secções que representavam cerca de 20% das saídas da região no trimestre. Os aumentos mais significativos ocorreram nas secções “plástico e suas obras; borracha e suas obras” (85,2%), “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas” (23,9%) e “pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras” (20,4%), representando estes grupos de produtos cerca de 22% das saídas da Região Centro no trimestre.

¹⁹ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que tinham uma importância superior a 3% no total das transações internacionais (entradas e saídas) da Região Centro, no ano de 2013. Estas secções encontram-se enumeradas nas fontes de informação.

À semelhança das saídas, também nas entradas de bens na Região Centro ocorreu um crescimento homólogo real, que atingiu os 7,5% e superou a média nacional (4,5%). Ambos os mercados, intra e extracomunitários, contribuíram para esta evolução na região, tendo, no entanto, o crescimento das entradas oriundas do mercado extracomunitário sido bastante mais significativo (33,6%).

Em termos das entradas de bens por grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, apenas os produtos das secções “madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria” (-70,0%) e “animais vivos e produtos do reino animal” (-8,4%) registaram variações reais homólogas negativas, sendo responsáveis por cerca de 12% das entradas na região no trimestre em questão. Os restantes grupos apresentaram variações homólogas positivas destacando-se a secção dos “produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas”, em que o valor quase triplicou, representando 9% das entradas de bens na região no trimestre.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		4T15	3T15	2T15	1T15	4T14	2015	2014	
		média trimestral							
Saídas de bens									
Portugal	milhões €	12 428,3	12 155,4	13 064,2	12 168,0	12 447,5	12 454,0	12 026,2	
	v. h. real (%)	1,8	5,2	8,6	7,1	5,8	5,6	3,2	
Intracomunitárias	milhões €	9 062,5	8 761,6	9 478,1	8 933,4	8 615,0	9 058,9	8 524,7	
	v. h. real (%)	7,2	8,0	9,8	8,4	4,6	8,4	4,0	
Extracomunitárias	milhões €	3 365,8	3 393,9	3 586,1	3 234,6	3 832,4	3 395,1	3 501,5	
	v. h. real (%)	-10,5	-1,6	5,5	3,5	8,5	-1,1	1,3	
Centro	milhões €	2 424,7	2 297,2	2 506,7	2 391,9	2 377,8	2 405,1	2 314,1	
	v. h. real (%)	3,9	6,2	6,9	7,0	6,9	6,0	5,4	
Intracomunitárias	milhões €	1 855,8	1 772,0	1 962,3	1 883,0	1 764,7	1 868,3	1 758,4	
	v. h. real (%)	7,2	8,9	8,4	9,0	8,1	8,4	6,5	
Extracomunitárias	milhões €	569,0	525,2	544,4	509,0	613,1	536,9	555,8	
	v. h. real (%)	-5,4	-1,8	1,6	0,2	3,5	-1,5	2,1	
Entradas de bens									
Portugal	milhões €	15 057,1	14 839,0	16 006,0	14 215,8	15 196,3	15 029,5	14 744,1	
	v. h. real (%)	4,5	6,1	13,3	5,1	5,5	7,3	6,3	
Intracomunitárias	milhões €	11 674,3	11 206,1	12 007,0	11 066,9	11 575,3	11 488,6	11 025,6	
	v. h. real (%)	6,4	9,2	14,3	8,7	6,0	9,6	10,4	
Extracomunitárias	milhões €	3 382,8	3 632,9	3 999,0	3 148,9	3 621,0	3 540,9	3 718,5	
	v. h. real (%)	-1,5	-2,6	10,2	-5,8	3,7	0,2	-4,2	
Centro	milhões €	1 883,0	1 855,7	2 056,7	1 869,3	1 847,7	1 916,2	1 844,7	
	v. h. real (%)	7,5	10,9	13,6	5,1	-0,6	9,3	5,9	
Intracomunitárias	milhões €	1 555,9	1 531,2	1 721,9	1 559,8	1 589,5	1 592,2	1 558,9	
	v. h. real (%)	3,2	9,7	12,2	4,6	-1,9	7,5	4,2	
Extracomunitárias	milhões €	327,1	324,5	334,8	309,5	258,2	324,0	285,8	
	v. h. real (%)	33,6	16,8	21,4	7,4	8,2	19,3	15,9	

* Os valores de 2013 são definitivos, os de 2014 são provisórios e os de 2015 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

TURISMO

A Região Centro conseguiu captar, no quarto trimestre de 2015, mais hóspedes, mais dormidas e gerar mais proveitos face a igual período do ano anterior.

9,5%

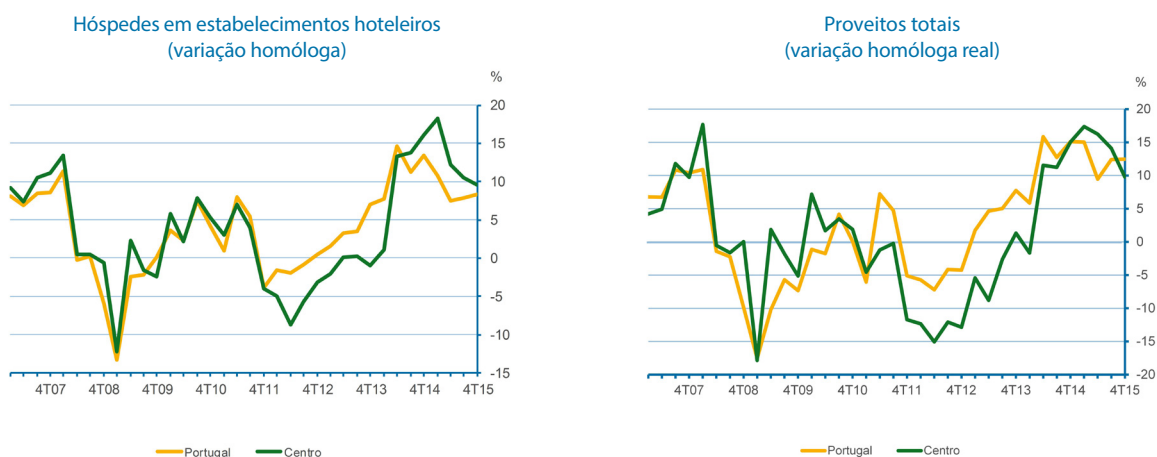
foi o crescimento homólogo dos hóspedes na região

Neste trimestre, os estabelecimentos hoteleiros da região acolheram mais 9,5% de hóspedes do que em igual período do ano anterior, tendo este aumento sido superior à média nacional (8,3%). Face ao período homólogo, também se registaram mais dormidas (6,7%) mas, neste caso, o aumento foi mais acentuado no país do que na região. No entanto, a estada média manteve-se face a igual período do ano anterior: 1,6 noites na Região Centro e 2,6 noites em termos nacionais.

9,8%

foi o crescimento real dos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros face a igual período do ano anterior

Os estabelecimentos hoteleiros da região também geraram mais proveitos, tendo ocorrido um aumento homólogo real de 9,8%, abaixo da média nacional de 12,5%. Determinante para esta evolução regional foi o acréscimo homólogo real dos proveitos de aposento (em 12,2%), que representavam, neste trimestre, 64% dos proveitos totais.



Quadro 9 – Turismo*		4T15	3T15	2T15	1T15	4T14	2015	2014
		média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	3 617	6 087	4 937	2 797	3 339	4 360	4 026
	v. h. (%)	8,3	7,8	7,5	10,8	13,4	8,3	12,0
Centro	milhares	556	912	707	429	507,6	651	581
	v. h. (%)	9,5	10,5	12,2	18,2	16,1	11,9	11,9
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	9 282	18 876	13 587	7 192	8 658	12 234	11 530
	v. h. (%)	7,2	4,7	4,8	11,2	13,2	6,1	11,0
Centro	milhares	905	1 754	1 189	692	848	1 135	1 036
	v. h. (%)	6,7	7,1	10,6	18,6	15,4	9,6	10,9
Estada média nos estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	n.º noites	2,6	3,1	2,8	2,6	2,6	2,8	2,9
Centro	n.º noites	1,6	1,9	1,7	1,6	1,7	1,7	1,8
Proveitos totais dos estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares €	470 709	1 009 376	670 323	329 461	416 188	619 967	550 527
	v. h. real (%)	12,5	12,4	9,5	15,0	15,1	12,1	13,0
Centro	milhares €	42 943	78 697	51 930	29 568	38 899	50 785	44 228
	v. h. real (%)	9,8	14,1	16,2	17,4	15,1	14,3	10,0

* Desde a edição n.º 15 deste boletim, os dados absolutos reportam-se à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2014 são provisórios. Os valores de 2015 são provisórios exceto os dados dos dois meses mais recentes que correspondem a dados preliminares.

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

20,6%

foi o crescimento homólogo dos novos fogos licenciados na região para habitação familiar

8,7%

foi a evolução homóloga regional do crédito à habitação vencido

No quarto trimestre de 2015, o setor da construção manteve-se em recessão, tendo-se observado a deterioração de quase todos os indicadores analisados. Apenas os novos fogos licenciados para habitação familiar e a avaliação bancária da habitação registaram evoluções favoráveis.

Neste trimestre, foram licenciados na região 1.165 edifícios, valor que traduz uma retração de -6,3% face ao trimestre homólogo, que foi mais expressiva na região do que no país (-4,6%). O licenciamento de construções novas também caiu (-6,6%). Já os novos fogos para habitação familiar licenciados aumentaram 20,6% face ao período homólogo, atingindo os 643 fogos, valor que se aproxima dos níveis registados em finais de 2012.

Também os edifícios concluídos voltaram a diminuir significativamente na região (-28,3% face a igual período do ano anterior), tendo sido concluídos, neste trimestre, 876 edifícios, novo mínimo da série. Para esta retração, igualmente verificada a nível nacional, contribuiu a queda na conclusão de construções novas (-24,6%). Também os novos fogos concluídos para habitação familiar diminuíram de forma expressiva face ao mesmo período do ano anterior (-29,3%).

Os empréstimos concedidos para habitação voltaram, neste trimestre, a assumir novos mínimos históricos, tendo diminuído em termos homólogos reais 3,4% na região e 3,6% no país. O crédito à habitação vencido que, nos últimos trimestres, apresentava uma tendência de desaceleração do crescimento, neste período, voltou a aumentar de forma significativa em termos homólogos reais: 3,3% no país e 8,7% na região. Consequentemente, o peso do crédito vencido no crédito à habitação concedido aumentou, atingindo os valores mais elevados desde o início da compilação da série em 2009: 2,7% na região e 3,0% no país.

Quadro 10 – Construção e Habitação		4T15	3T15	2T15	1T15	4T14	2015	2014	
								média trimestral	
Edifícios licenciados									
Portugal	número	3 613	3 511	3 703	3 927	3 789	3 689	3 865	
	v. h. (%)	-4,6	-6,5	-7,1	-0,1	-4,3	-4,6	-5,2	
Centro	número	1 165	1 117	1 154	1 183	1 243	1 155	1 316	
	v. h. (%)	-6,3	-13,2	-14,0	-15,0	-10,2	-12,3	-8,6	
Construções novas	número	738	723	757	763	790	745	776	
	v. h. (%)	-6,6	-3,9	-2,8	-2,4	4,4	-3,9	-3,7	
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	20,6	6,9	0,7	15,1	15,1	10,7	-1,3	
Edifícios concluídos*									
Portugal	número	2 623	2 791	2 878	3 192	3 471	2 871	3 712	
	v. h. (%)	-24,4	-24,8	-22,8	-18,9	-24,6	-22,6	-31,1	
Centro	número	876	904	982	1 129	1 222	973	1 289	
	v. h. (%)	-28,3	-30,8	-24,5	-14,9	-21,6	-24,5	-27,5	
Construções novas	número	572	574	608	717	759	618	824	
	v. h. (%)	-24,6	-29,9	-27,0	-18,9	-26,0	-25,0	-31,9	
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	-29,3	-38,2	-34,1	-33,8	-43,4	-34,1	-40,0	
Empréstimos concedidos para habitação									
Portugal	v. h. real (%)	-3,6	-4,0	-4,2	-3,5	-3,5	-3,8	-3,2	
Centro	v. h. real (%)	-3,4	-3,8	-4,0	-3,4	-3,4	-3,6	-3,2	
Crédito à habitação vencido**									
Portugal	v. h. real (%)	3,3	-0,6	2,9	3,9	8,1	2,4	11,1	
Centro	v. h. real (%)	8,7	0,0	4,0	5,1	5,4	4,4	9,4	
Avaliação bancária da habitação									
Portugal	€/m ²	1 044,7	1 038,0	1 024,0	1 010,7	1 008,3	1 029,3	1 008,3	
	v. h. real (%)	3,0	0,3	2,0	1,0	-0,7	1,6	0,5	
Centro	€/m ²	854,3	850,3	852,7	846,3	848,3	850,9	841,1	
	v. h. real (%)	0,1	-0,7	2,0	1,3	0,3	0,7	0,4	

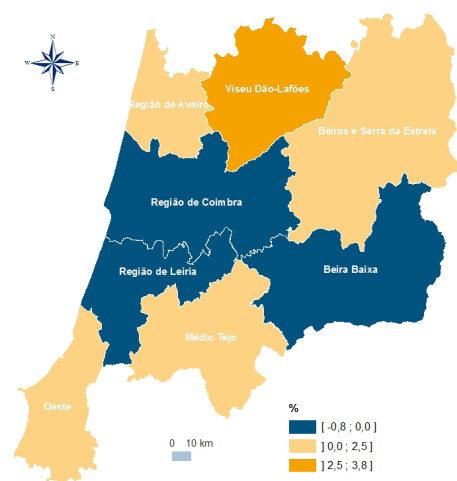
* Os valores de 2013 e 2014 foram revistos. Os valores de 2015 são dados provisórios estimados.

** Trata-se de créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

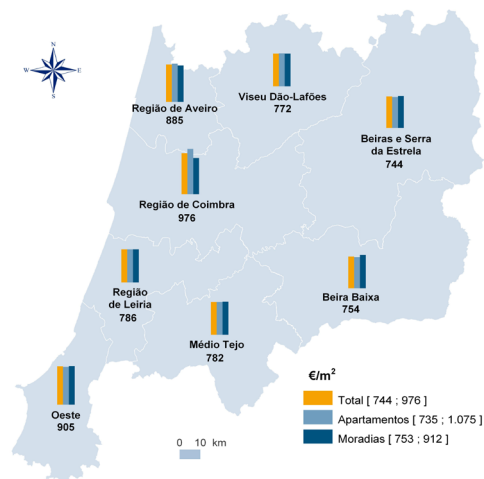
Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 0,1% em termos homólogos reais, acompanhando, de forma mais ligeira, a tendência nacional. Cada metro quadrado destinado a habitação na região foi avaliado pelas entidades bancárias em 854,3 euros. Ainda que ténues, três das oito regiões NUTS III registaram variações homólogas reais negativas no valor médio da avaliação bancária: Região de Leira, Região de Coimbra e Beira Baixa. Já a sub-região Viseu Dão-Lafões conheceu com um acréscimo homólogo real de 3,8% neste trimestre.

Considerando as diferentes tipologias de habitação, apenas se verificaram ligeiras variações no valor médio da avaliação bancária: a avaliação dos apartamentos aumentou 0,9% em termos homólogos reais, enquanto a das moradias diminuiu 0,8%. A Região de Coimbra manteve-se como a sub-região com a avaliação bancária da habitação mais elevada (976€/m²) e onde os apartamentos eram mais valorizados (1.075€/m²). O Oeste apresentava a valorização mais elevada nas moradias (912€/m²), enquanto a menos elevada ocorria nas Beiras e Serra da Estrela (753€/m²). Esta sub-região era também a menos valorizada em termos médios globais.

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no quarto trimestre de 2015



Avaliação bancária da habitação no quarto trimestre de 2015



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

O Índice de Preços no Consumidor aumentou face ao trimestre homólogo, na região e no país, mantendo-se a tendência iniciada no segundo trimestre do ano. No que respeita ao consumo privado, vários indicadores continuam a apontar no sentido de alguma recuperação.

Os níveis médios de preços na região e no país, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor, registaram, neste trimestre, um aumento de 0,4% e 0,6%, respetivamente, face ao período homólogo, mantendo-se a tendência iniciada no segundo trimestre de 2015, que interrompeu uma série de diminuições homólogas consecutivas que já se registavam desde o quarto trimestre de 2013. Na região, a maioria das classes de despesa acompanhou esta tendência de crescimento dos preços, destacando-se com os maiores aumentos as “comunicações” (4,8%), as “bebidas alcoólicas e tabaco” (3,9%) e os “bens e serviços diversos” (2,1%). Apenas três classes de despesa registaram variações negativas face a igual período do ano anterior: “vestuário e calçado” (-2,5%), “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (-0,7%) e “transportes” (-0,6%).

Quanto aos indicadores que pretendem aferir o consumo privado assistiu-se, na região e no país, ao aumento homólogo das receitas de cinema, dos levantamentos e pagamentos em caixas multibanco e das compras em terminais de pagamento automático. O peso do crédito

0,4%

foi a taxa de inflação homóloga regional

7,8%

foi o crescimento homólogo real das receitas de cinema

para consumo vencido diminuiu face aos trimestres anteriores e ao trimestre homólogo, situando-se, na região, nos 12,9% (valor idêntico ao do primeiro trimestre de 2014). A evolução destes indicadores continua a apontar para a recuperação gradual do consumo privado. As importações de bens de consumo diminuíram 1,8% em termos homólogos reais, contrariando a tendência nacional e invertendo a tendência de aumento verificada nos trimestres anteriores. Como vem sendo habitual, os empréstimos concedidos para consumo e outros fins registaram uma variação homóloga real de -0,8%, acompanhando a tendência nacional. Este decréscimo foi, no entanto, bastante menos acentuado do que nos trimestres anteriores.

Quadro 11 – Preços		4T15	3T15	2T15	1T15	4T14	2015	2014	
								média trimestral	
Índice de Preços no Consumidor – IPC									
Portugal	v. h. (%)	0,6	0,8	0,7	-0,1	-0,1	0,5	-0,3	
Centro	v. h. (%)	0,4	0,6	0,5	-0,2	-0,2	0,3	-0,3	
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	0,5	2,0	1,9	0,5	0,0	1,2	-1,2	
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	3,9	4,3	4,6	3,0	2,9	4,0	3,0	
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-2,5	-2,0	-2,0	0,0	0,2	-1,6	0,1	
Habituação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	-0,7	-0,8	0,1	-0,5	1,0	-0,5	1,2	
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	0,2	0,9	0,7	1,0	1,3	0,7	-0,2	
Saúde	v. h. (%)	0,1	0,4	0,5	0,5	0,4	0,4	0,8	
Transportes	v. h. (%)	-0,6	-2,0	-0,9	-3,2	-3,2	-1,7	-1,6	
Comunicações	v. h. (%)	4,8	4,9	3,9	2,4	0,1	4,0	1,1	
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	0,6	-0,3	-1,3	-1,8	-1,9	-0,7	-1,5	
Educação	v. h. (%)	0,4	0,8	0,7	0,7	0,6	0,7	0,8	
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	1,0	1,7	0,9	0,9	0,4	1,1	0,3	
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	2,1	1,0	0,2	-0,5	-0,6	0,7	-0,5	

Quadro 12 – Consumo Privado		4T15	3T15	2T15	1T15	4T14	2015	2014	
								média trimestral	
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*									
Portugal	v. h. real (%)	8,8	12,9	17,7	13,5	8,7	13,0	7,4	
Centro	v. h. real (%)	-1,8	16,8	15,2	11,2	0,4	10,2	4,4	
Receitas de cinema**									
Portugal	v. h. real (%)	6,6	32,7	16,6	21,1	5,9	19,0	-4,0	
Centro	v. h. real (%)	7,8	46,5	22,9	31,4	5,5	26,4	-3,9	
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***									
Portugal	v. h. real (%)	-1,2	-2,7	-3,4	-3,4	-4,3	-4,9	-8,6	
Centro	v. h. real (%)	-0,8	-2,5	-3,5	-3,3	-4,7	-4,7	-8,8	
Crédito vencido para consumo e outros fins*** (em percentagem do crédito concedido)									
Portugal	%	14,1	14,8	14,9	14,7	14,4	14,6	14,0	
Centro	%	12,9	13,3	13,4	13,3	13,2	13,2	13,3	
Levantamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	0,5	0,0	0,7	1,6	1,0	0,7	1,4	
Centro	v. h. real (%)	0,8	0,2	0,7	1,6	0,7	0,8	1,0	
Pagamentos em caixas automáticos									
Portugal	v. h. real (%)	3,1	2,6	2,5	6,6	0,3	3,6	3,9	
Centro	v. h. real (%)	2,9	2,7	2,0	5,5	-0,6	3,2	3,6	
Compras em terminais de pagamento automático									
Portugal	v. h. real (%)	3,3	7,4	8,0	9,3	9,4	6,9	7,2	
Centro	v. h. real (%)	2,2	5,9	6,6	7,1	8,3	5,3	6,5	

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2013 são definitivos, os de 2014 são provisórios e os de 2015 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2011.

** Os dados de 2015 das receitas de cinema são provisórios.

*** Créditos concedidos ao setor institucional das famílias que inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CENTRO

No âmbito do QREN, até ao final de dezembro de 2015, estavam aprovados 6,2 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão, no âmbito do QREN, para cofinanciar projetos com um investimento previsto na região de 10,3 milhões de euros. No Programa Operacional Regional Mais Centro, a aprovação de 4.290 projetos envolvia uma comparticipação de FEDER de 1,8 mil milhões de euros, superior ao valor programado e implicando uma gestão do overbooking. A taxa de execução do Mais Centro era, nesta data, de 98,1%.

Simultaneamente, foram já apresentadas ao Centro 2020, o novo Programa Operacional Regional para o período 2014-2020, um total de 3.268 candidaturas até ao final de dezembro de 2015, tendo sido aprovadas 936. Já abriram até esta data, 53 concursos envolvendo 283 milhões de euros de fundos comunitários (cerca de 13,1% da dotação total, que é de 2.155 milhões de euros).

98,1%

*foi a taxa de execução do Mais Centro
no final de dezembro de 2015*

138

*milhões de euros aprovados
nos primeiros concursos do
Centro 2020*

No período de programação 2007-2013, foram principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguraram a concretização dos objetivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão. O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contempla três grandes Agendas Temáticas (Potencial Humano, Fatores de Competitividade e Valorização do Território), concretizadas pelos Programas Operacionais Temáticos respetivos (PO PH, PO FC e PO VT); pelos sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB per capita em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O Portugal 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O Portugal 2020 será operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as regiões autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

Até 31 de dezembro de 2015, data do final do QREN, estavam aprovados 6,2 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão, no âmbito do QREN, referentes a projetos que previam um investimento total na Região Centro de 10,3 mil milhões de euros. O Mais Centro e o PO PH eram os programas operacionais com maior valor de fundos comunitários aprovados no Centro, concentrando 28,6% e 31,1%, respetivamente, do total de fundos do QREN aprovados na região. Já relativamente ao peso que os projetos regionais assumem no total das aprovações nacionais de fundos comunitários, em cada um dos programas operacionais, tem-se destacado, de forma sistemática, o PO FC (37,1% do total de FEDER aprovado no país no PO FC respeita a projetos na Região Centro).

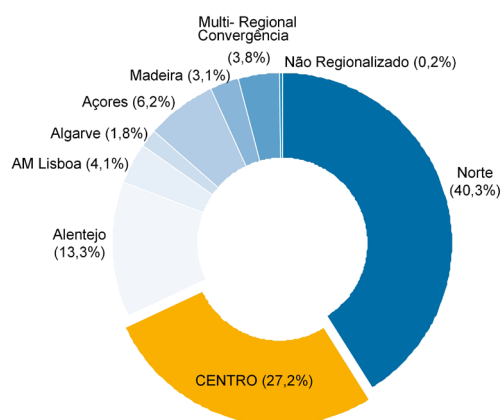
No que respeita exclusivamente ao Programa Operacional Regional - Mais Centro, estavam aprovadas 4.290 operações com um investimento total estimado de 2,6 mil milhões de euros e uma comparticipação de fundo comunitário FEDER de 1,8 mil milhões de euros. É de referir que, nesta data, os programas se encontram a terminar a sua programação.

Quadro 13 – O QREN no Centro (até 31 de dezembro de 2015)		QREN (total)	CENTRO			
			Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Operações aprovadas						
Investimento (custo) total	milhões €	10 298	2 645	2 643	3 413	1 596
	% do total nacional	27,3	20,4	29,5	38,8	23,4
Investimento (custo) elegível	milhões €	9 247	2 250	2 643	2 983	1 372
	% do total nacional	27,5	20,1	29,5	38,5	25,1
Fundo comunitário	milhões €	6 220	1 776	1 932	1 392	1 120
	% do QREN (total) da região	100,0	28,6	31,1	22,4	18,0
	% do total nacional	27,1	22,3	29,8	37,1	24,3

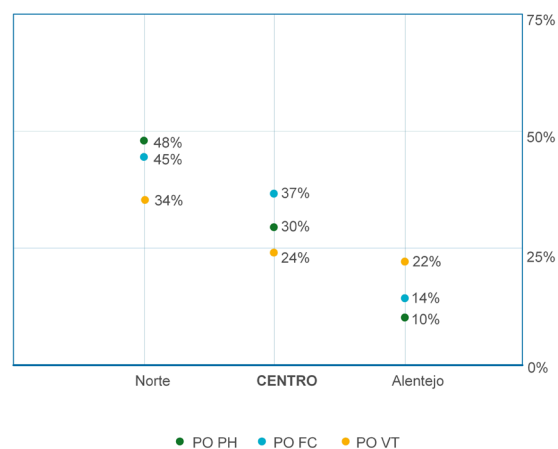
Deste modo, o Centro foi a segunda região (a seguir ao Norte) a beneficiar mais dos vários instrumentos financeiros do QREN, concentrando, nesta data, 27,2% do valor de despesa validada de fundos comunitários FEDER, Fundo de Coesão e FSE no país.

Entre as três regiões de convergência, o Centro continuou a manter-se com níveis de validação de despesa mais elevados do que o Alentejo mas inferiores aos do Norte no que respeita aos programas operacionais temáticos. No conjunto, estas três regiões de convergência do Continente concentravam grande parte da despesa validada de fundos comunitários (88% no PO PH, 96% no PO FC e 80% no PO VT).

Distribuição dos fundos comunitários executados por região
(31 de dezembro de 2015)



Relevância das três regiões convergência do Continente nos fundos comunitários executados pelos Programas Operacionais Temáticos
(31 de dezembro de 2015)



À semelhança dos restantes programas operacionais do QREN, os níveis de aprovações do Mais Centro no final de dezembro de 2015 eram superiores ao valor total de fundo comunitário FEDER programado para todo o período de programação, e revisto com a reprogramação dos programas (1.776,4 milhões de euros e 1.696,6 milhões de euros,

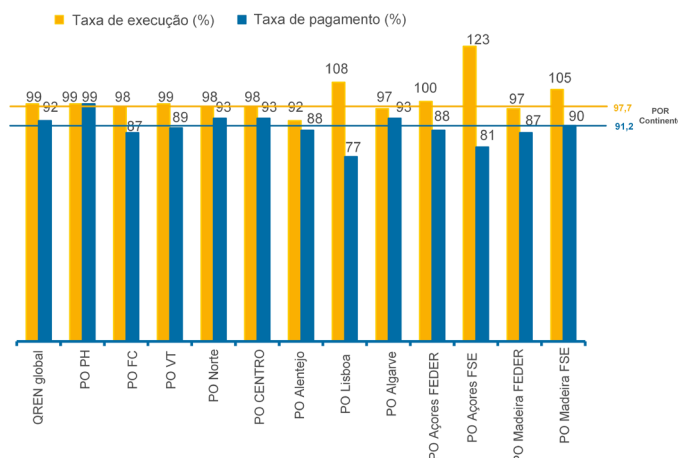
respetivamente). Esta situação implica uma taxa de compromisso superior a 100% (mais concretamente 104,7%) e, conseqüentemente, uma gestão de overbooking por parte da autoridade de gestão do programa, uma vez que se prevê que haja descomprometimento de FEDER não utilizado em algumas operações que ainda decorrem e que alguns projetos são encerrados com níveis de execução financeira inferiores aos aprovados, libertando verbas de fundo comunitário suficientes para todas as aprovações.

Dada a fase de encerramento do período de programação do QREN, é a execução dos projetos o foco do programa operacional. Nesta data, estão validados 1.664,6 milhões de euros de despesa de FEDER, o que corresponde a uma taxa de execução de 98,1%, faltando, assim, executar 32 milhões de euros (ou seja, 1,9% da dotação do Mais Centro). Estes resultados são muito positivos para um quadro comunitário que terminou nesta data. Desde o final de 2009 que a taxa de execução do Mais Centro se mantém acima da registada, em termos médios, pelos PO regionais do Continente e inferior à média do QREN (97,7% e 98,9%, respetivamente). Face ao final de dezembro de 2014, a taxa de execução do programa regional cresceu 15,5 p.p., o que se deveu a um aumento da despesa validada de 264 milhões de euros

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 1.646,6 milhões de euros, sendo assim inferior à despesa já validada, resultando numa taxa de pagamento (relação entre o FEDER pago e o FEDER aprovado) de 92,7% e numa taxa de reembolso (relação entre o FEDER pago e o FEDER validado) mais próxima de 100% (98,9%).

Quadro 14 – Monitorização do Mais Centro (valores acumulados)		dez/15	set/15	jun/15	mar/15	dez/14
Execução Financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhões €	2 100,1	2 011,4	1 920,5	1 841,0	1 774,7
Fundo comunitário	milhões €	1 664,6	1 586,9	1 515,4	1 452,8	1 400,6
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	1 646,6	1 566,2	1 514,3	1 450,7	1 412,6
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	104,7	106,3	106,4	106,5	106,6
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	98,1	93,5	89,3	85,6	82,6
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	93,7	88,0	84,0	80,4	77,4
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	92,7	86,8	83,9	80,3	78,1
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	98,9	98,7	99,9	99,9	100,9

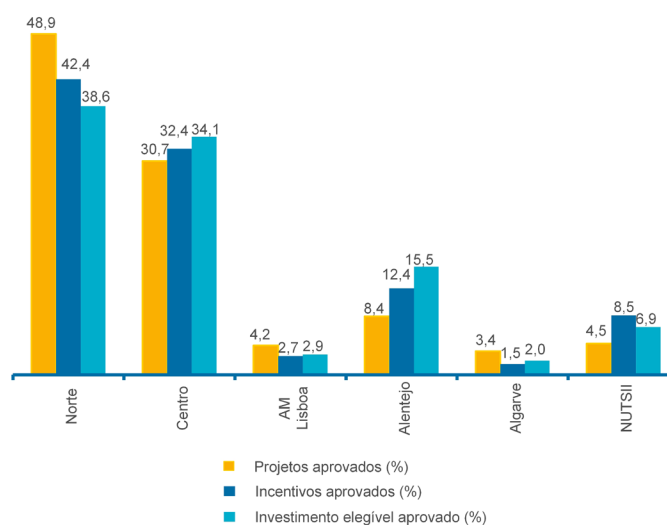
Taxa de execução e taxa de pagamento das candidaturas por Programa Operacional
(31 de dezembro de 2015)



Os Sistemas de Incentivos foram os instrumentos financeiros do QREN destinados ao apoio às empresas, tendo a Região Centro evidenciado um bom desempenho ao longo deste quadro comunitário.

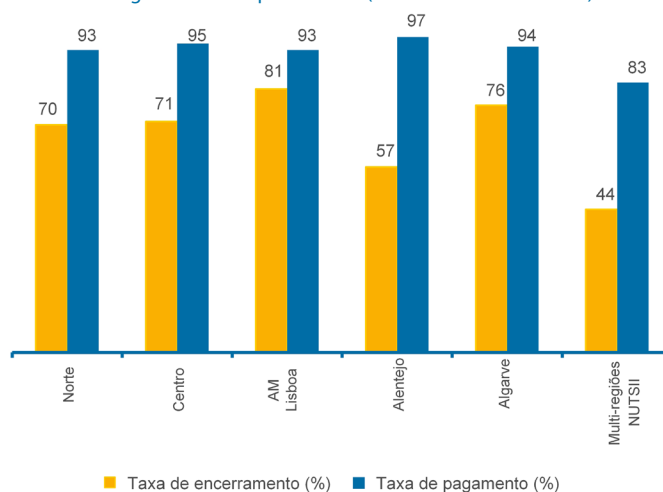
Até ao final de dezembro de 2015, estavam aprovados nos Sistemas de Incentivos 3.017 projetos de empresas na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo comunitário de 1,2 mil milhões de euros e um investimento elegível previsto de 2,8 mil milhões de euros, no âmbito do Mais Centro e do PO FC. Face ao total aprovado nos Sistemas de Incentivos no Continente, este volume de aprovações na região representava 32,4% do total de incentivos aprovados e 34,1% do total de investimento elegível.

Distribuição regional dos Sistemas de Incentivos aprovados às empresas na Agenda da Competitividade do QREN (31 de dezembro de 2015)



Todos os projetos aprovados nos sistemas de incentivos, na Região Centro, se encontravam nesta data contratados (3.017) e destes 2.372 estavam encerrados. A taxa de encerramento (incentivo final de projetos encerrados/incentivo aprovado dos projetos contratados) era de 71% e a taxa de pagamento (pagamentos efetuados/incentivo aprovado dos projetos contratados) de 95%. Apesar destas taxas não serem muito elevadas dada a fase final de programação, a taxa de encerramento da Região Centro evidencia o melhor desempenho regional quando confrontada com as restantes regiões de convergência.

Taxa de encerramento e taxa de pagamentos dos Sistemas de Incentivos às empresas na Agenda da Competitividade (31 de dezembro de 2015)



Relativamente aos apoios às micro e pequenas empresas através dos Sistemas de Incentivos apenas do Mais Centro, estavam aprovados e contratados 1.982 projetos empresariais na região, que se traduziam em 517,7 milhões de euros de investimento elegível, 325,9

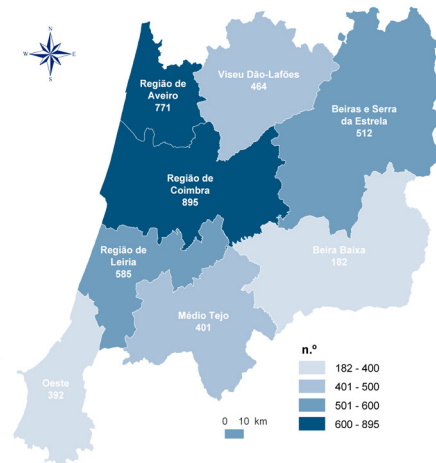
milhões de euros de incentivos aprovados e 281,7 milhões de euros de execução de fundo comunitário. Estes valores refletem já as quebras resultantes de ajustamentos no encerramento dos projetos ou decorrentes de verificações e auditorias. A taxa de execução dos Sistemas de Incentivos do Mais Centro (fundo/incentivo contratado) era de 86% (2 p.p. abaixo da taxa de execução do total dos sistemas de incentivos do país).

Em termos de realização, foram já apoiadas na região, ao abrigo dos Sistemas de Incentivos do Mais Centro, 1.737 empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento, das quais 388 são novas empresas/start-up e 167 são novas empresas/start-up de setores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia.

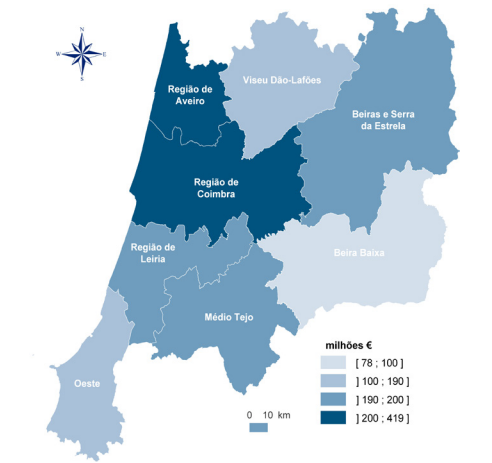
A partir de 2013 foi ainda disponibilizado no Mais Centro um novo regulamento dirigido totalmente às microempresas de territórios de baixa densidade para apoio direto ao investimento e à criação líquida de emprego: Programa Valorizar - Sistema de Incentivos de Apoio Local a Microempresas (SIALM). No final do quadro, estavam aprovados 241 projetos na Região Centro. Dada a natureza desta tipologia de projetos, os investimentos envolvidos são reduzidos, estando aprovados cerca de 5,5 milhões de euros de investimento elegível e 4,3 milhões de euros de FEDER.

Relativamente à distribuição sub-regional do FEDER na Região Centro, no âmbito do Mais Centro, verifica-se que os maiores valores de aprovações e de despesa validada se registam nas Comunidades Intermunicipais (CIM) Região de Coimbra e Região de Aveiro. Já quanto à capacidade de executar os projetos, avaliada pela taxa de realização, ou seja pelo peso que a despesa validada tem no total de FEDER aprovado, os maiores valores registavam-se nas CIM Beiras e Serra da Estrela e Oeste, à data de 31 de dezembro de 2015.

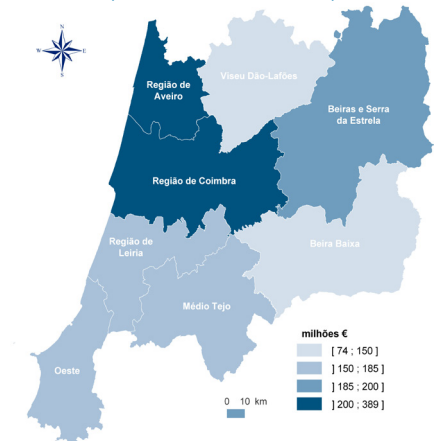
Operações aprovadas no âmbito do Mais Centro (31 de dezembro de 2015)



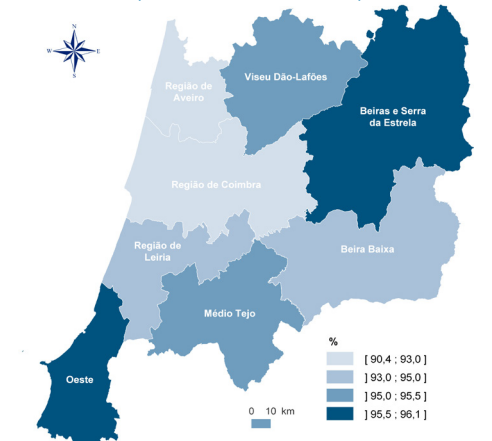
Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do Mais Centro (31 de dezembro de 2015)



Despesa validada de fundo comunitário no âmbito do Mais Centro (31 de dezembro de 2015)



Taxa de realização no âmbito do Mais Centro (31 de dezembro de 2015)



O ano de 2015 teve a particularidade de coexistirem dois quadros de programação de apoios comunitários: o QREN e o Portugal 2020. Apesar do QREN ter encerrado em final de dezembro de 2015, haverá ainda execução posterior. Deste modo, são apresentados números relativos aos dois quadros comunitários.

No âmbito do Portugal 2020, para além do Programa Operacional Regional Centro 2020, os promotores da região poderão candidatar-se a apoios comunitários nos quatro Programas Operacionais Temáticos bem como ao Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) e ao Programa Operacional para os assuntos do MAR (FEAMP).

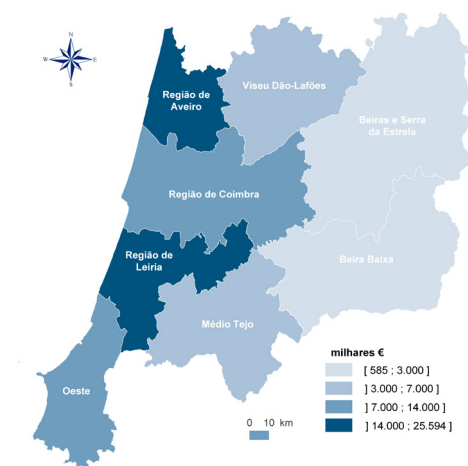
Os primeiros concursos do Portugal 2020 abriram ainda em 2014, mais concretamente em novembro e foram relativos às estratégias integradas de desenvolvimento territorial (EIDT) e às estratégias de desenvolvimento local de base comunitária (DLBC). Desde essa altura, foram já abertos 593 concursos, dos quais 53 envolvem o Centro 2020. Nestes concursos, o Programa Operacional Regional do Centro já colocou a concurso 283 milhões de euros, o que corresponde a 13,1% do total da sua dotação (que é de 2.155 milhões de euros repartidos em 1.751,5 milhões de euros de FEDER e 403,5 milhões de euros de FSE). À data de 31 de dezembro de 2015 encontravam-se em aberto nove concursos, envolvendo 39 milhões de euros de fundos comunitários.

No Centro 2020, até ao final de dezembro de 2015, houve uma procura significativa, tendo sido apresentadas 3.268 candidaturas, com uma previsão de investimento de 996,5 milhões de euros, o que traduz um investimento médio por candidatura de 305 mil euros. Destas, foram aprovados 936 projetos, prevendo um investimento total de 292,6 milhões de euros e uma comparticipação financeira de fundos comunitários FEDER e FSE de 138,0 milhões de euros. Em termos médios, cada projeto aprovado no programa operacional regional envolve um investimento médio de 313 mil euros.

Quadro 15 – Monitorização do Centro 2020 (valores acumulados)		dezembro 2015	setembro 2015
Dotação de fundo			
Total	mil €	2 155 031	2 155 031
	% PO regionais do Continente	27,7	27,7
FEDER	mil €	1 751 514	1 751 514
	% PO regionais do Continente	27,8	27,8
FSE	mil €	403 517	403 517
	% PO regionais do Continente	27,3	27,3
Concursos/periodos de candidatura			
Total	número	53	46
Fundo comunitário	mil €	283 000	250 500
	% da dotação de fundo	13,1	11,6
Em aberto	número	9	11
Fundo comunitário	mil €	39 000	26 300
Encerrados	número	44	35
Fundo comunitário	mil €	244 000	224 200
Candidaturas apresentadas			
Total	número	3 268	2 961
Investimento total previsto	mil €	996 530	946 467
Operações aprovadas			
Total	número	936	499
Investimento total	mil €	292 617	169 011
Investimento elegível	mil €	234 891	117 712
Fundo comunitário	mil €	137 988	71 228

O maior valor de fundos comunitários aprovados no Centro 2020 respeita a projetos localizados na Região de Aveiro e na Região de Leiria. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica dado que a maioria dos avisos de concurso já abertos respeitam a apoios às empresas e que nestes territórios a densidade empresarial é mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito mas à data de 31 de dezembro de 2015 não havia ainda valores aprovados.

Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do Centro 2020 (31 de dezembro de 2015)

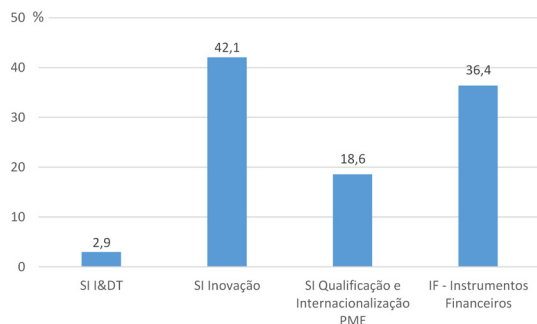


Tal como já foi referido, o volume de investimento submetido a concurso está muito relacionado com o apoio ao investimento empresarial, no domínio da competitividade e internacionalização. Para além das candidaturas aprovadas neste âmbito (929), apenas estão aprovadas mais sete operações referentes aos Planos de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável das CIM (um plano de ação por cada CIM, com exceção da Região de Aveiro que já tinha o seu plano aprovado anteriormente), a que está associado um montante de fundo comunitário de 623,7 mil euros.

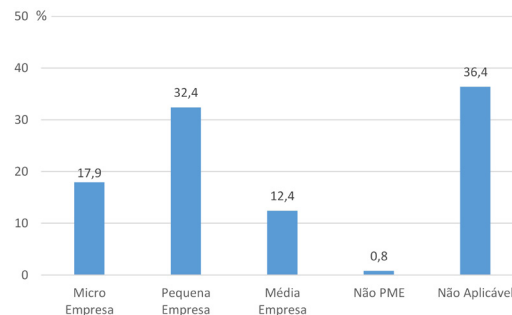
No que respeita aos projetos empresariais comparticipados apenas pelo Centro 2020, estavam aprovadas 929 candidaturas na região, prevendo envolver 234,2 milhões de euros de investimento elegível e 137,4 milhões de euros de incentivos. Deste valor de fundo comunitário, a maior percentagem refere-se a aprovações no âmbito da Inovação Empresarial (mais concretamente empreendedorismo, inovação produtiva e vales) enquanto apenas 2,9% diz respeito a projetos de I&DT - Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (projetos em co-promoção, demonstradores e vales). Grande parte destes são dirigidos a pequenas empresas (32,4%) e aos setores de atividade Indústria Transformadora (44,7%) e Serviços (44,6%).

Distribuição do fundo comunitário atribuído às operações aprovadas
no âmbito dos Sistemas de Incentivos do Centro 2020 (31 de dezembro de 2015)

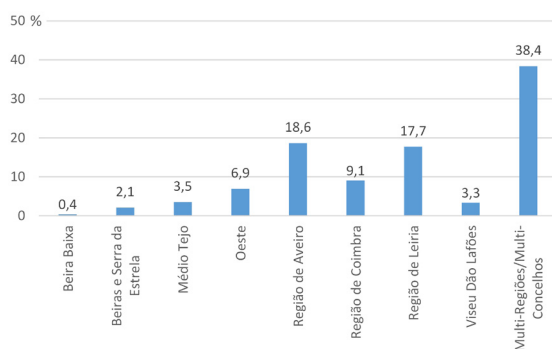
Por medida



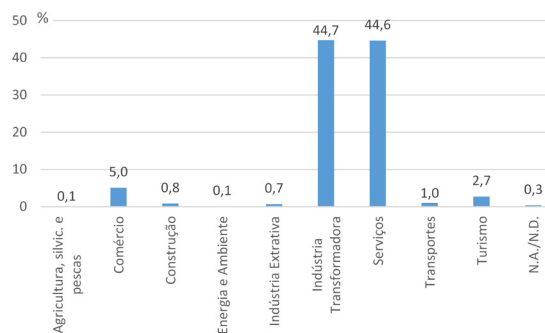
Por dimensão da empresa



Por setor de atividade



Por Comunidade Intermunicipal



Para além do Centro 2020, os promotores empresariais da Região Centro poderão também candidatar os seus projetos ao programa operacional Compete 2020. Até ao final de dezembro de 2015 estavam aprovados no Compete 2020, na Região Centro, 255 projetos de empresas na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundo comunitário de 202,2 milhões de euros e um investimento elegível previsto de 364,5 milhões de euros.

FONTES

Enquadramento Nacional

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores (Base 2008)
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Mercado de Trabalho

- INE - Inquérito ao Emprego (Base 1998 e Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2008)

Desemprego Registrado

- IEFP - Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais
- INE - Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
- Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras

INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

IGNIOS - Gestão Integrada de Risco, S.A.

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

- INE - Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio e NUTS II

Secções seleccionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

- INE - Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

- INE - Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para habitação
- Rácios de crédito vencido das famílias – habitação

Preços e Consumo Privado

- INE - Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual
- Receitas de cinema
- SIBS - Área de Estatísticas do Grupo SIBS
- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

- Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins
- Rácios de crédito vencido das famílias – consumo e outros fins

Políticas Públicas no Centro

Comissão Técnica de Coordenação do QREN

- Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletins Informativos 26 e 27

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 1, n.º 2 e n.º 3

Autoridade de Gestão do Mais Centro

Autoridade de Gestão do Centro 2020

Sistemas de Incentivo da Agenda da Competitividade QREN

A informação contida no “Centro de Portugal – Boletim Trimestral” do quarto trimestre de 2015 foi recolhida até ao dia 15 de março de 2016

